

Projetos de Lei

médico criando uma lista prática cartelizada, ao impor aos planos de saúde privados tabelas de honorários médicos. Tal medida gerou um amplo protesto de caráter nacional.

Essa atitude constitui-se em uma grande injustiça, pois é comum constar nos contratos de credenciamento de médicos com determinado plano de saúde que a “Remuneração se fará de acordo com a tabela de honorários médicos da Associação Médica Brasileira”. Mesmo quando as empresas criavam sua própria tabela, faziam-na como cópia idêntica à da AMB.

Contudo, nos últimos anos as operadoras, com o objetivo de ampliar seus lucros, continuam reajustando seus preços e a par disso, de forma unilateral e desrespeitosa, passaram a aplicar a redução pura e simples dos honorários dos profissionais, colocando estes sempre sob a ameaça de descredenciamento.

A proposta que ora apresentamos tem a finalidade de minimamente regular a aplicação de tabela de remuneração, participando de sua elaboração todos os interessados: os profissionais, os empresários, o Estado, e os usuários.

Estamos certos que a medida proposta oferecerá excelente instrumento para preservar o bom exercício profissional e contribuirá para impedir a queda na qualidade da assistência dos planos de saúde, proporcionando aos cidadãos a garantia de qualidade necessária em área tão sensível como é a saúde pública, seja ela fornecida diretamente pelo Estado ou com a participação da iniciativa privada.

Temos a convicção que a proposta contará com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 01 de abril de 2003.

MANINHA
Deputada Federal PT/DF

Projeto de Lei Nº 156, de 2003 (Do Sr. Inocêncio Oliveira)

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, que “dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.”

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 16 da lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso: A Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo 7ºA:

“Art. 16

XIA – a possibilidade de escolha, pelo beneficiário, do profissional de saúde de sua preferência, desde que legalmente habilitado e que aceite atender pelo valor dos honorários pagos pelo Plano contratado, observado o disposto no art. 18.

.....”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto visa facultar ao beneficiário de plano de saúde a escolha do profissional de sua preferência, ensejando o credenciamento universal dos profissionais habilitados.

Atualmente, de acordo com dados do Sindicato dos Médicos de Pernambuco e da Federação das Cooperativas de especialidades médicas do mesmo Estado, quarenta por cento dos brasileiros possuem planos e seguros de saúde. Os médicos, no entanto, são credenciados ao exclusivo critério das operadoras, que tanto não levam em conta a preferência dos destinatários do plano como até impõem condições àqueles para manterem o credenciamento, não raro em prejuízo da qualidade dos serviços prestados.

Além de ensejar maior confiabilidade ao sistema, a proposta dá maior consistência à relação médico-paciente, podendo inclusive, ampliar a clientela dos próprios planos de saúde.

Sala das Sessões, em 25 de fevereiro de 2003.

Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA
Primeiro - Vice-Presidente